



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 147455/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

Parecer Jurídico Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº: 147455/2023

Solicitante: Secretaria Municipal de Assistência Social de Piracanjuba

Objeto: Contratação de Profissionais do tipo Assistentes Sociais a serem utilizados na Secretaria de Assistência Social de Piracanjuba

Fundamento Legal: Dispensa de Licitação (inciso IV, do artigo 24, Lei nº 8.666/93)

Profissionais a serem Contratadas: Jéssica Marques Lemos (CPF/MF nº 040.786.661-24), Elcy Gonçalves da Silva Bueno (CPF/MF nº 020.825.761-67) e Sandra Aparecida de Lollo Mansano (CPF/MF nº 874.856.211-49)

Valor Total da Contratação: R\$ 19.416,24 (R\$ 2.157,36/mensal/profissional)

Vigência da Contratação: 03 meses

Tratam-se os presentes autos administrativos provenientes da Secretaria Municipal de Assistência Social de Piracanjuba, requisitando a Contratação de Profissional do tipo Assistente Social a ser utilizado na Secretaria de Assistência Social de Piracanjuba, na modalidade dispensa de licitação, do tipo emergencialidade.

Do Processo Administrativo

Constam nos autos, a seguinte documentação:

1. Ofício nº 0674/2023 SMAS;
2. Pedido de Compras/Serviços 10113;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 147455/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

3. Termo de Referência;
4. Lei Municipal nº 2.035/2022;
5. Proposta de Preços;
6. Documentação de Jéssica Marques Lemos;
7. Proposta de Preços;
8. Documentação de Sandra Aparecida de Lollo Mansano (CPF/MF nº 874.856.211-49)
9. Proposta de Preços;
10. Documentação de Elcy Gonçalves da Silva Bueno (CPF/MF nº 020.825.761-67)
11. Despacho Administrativo;
12. Mapa de Apuração de Preços (R\$ 38.832,48);
13. Despacho Administrativo;
14. Decreto Municipal nº 88/2023 que nomeia a Comissão Permanente de Licitação;
15. Relatório Totalizador (R\$ 38.832,48);
16. Despacho Autorizativo;
17. Certidão de Existência de Dotação Orçamentária e Financeira;
18. Minuta do Contrato de Prestação de Serviços;
19. Despacho Jurídico;



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

**Processo nº: 147455/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação**

20. Ofício nº 0700/2023 – SMAS;
21. Pedido de Compras/Serviços Retificado 10113;
22. Mapa de Apuração de Preços (R\$ 19.416,24);
23. Despacho Administrativo;
24. Relatório Totalizador (R\$ 19.416,24);

Da Fundamentação

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Entretanto, a Lei Nº 8.666/93, que rege as normas gerais sobre licitações, traz, em seu bojo, as hipóteses excepcionais de dispensa e inexigibilidade de licitação, respectivamente em seus artigos 24 e 25.

A consulta formulada, e aqui analisada se limitará ao atendimento as exigências legais vinculadas a procedimento licitatório, e de forma específica a Lei nº 8.666/93, sendo-as:

- a) autuação, protocolo e numeração – ATENDIDO;
- b) justificativa da contratação – ATENDIDO;
- c) especificação do objeto – ATENDIDO;
- d) autorização da autoridade competente – ATENDIDO;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 147455/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

- e) indicação do recurso orçamentário para cobrir a despesa – ATENDIDO;
- f) se a modalidade de licitação adotada é compatível com o valor estimado da contratação - ATENDIDO;

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência** de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial** ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (DESTACAMOS)

Nesse sentido, importa destacar a Decisão nº 347/1994 – Plenário do Tribunal de Contas da União que determina os pressupostos para aplicação da emergencialidade nas aquisições por dispensa de licitação.

a) que, além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizado no art. 24, IV, da mesma Lei:

a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não tenha se originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) que tinha(m) o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

a.2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas;

a.3) que o risco, além de concreta e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 147455/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

a.4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado; (Decisão nº 347/1994, Tribunal de Contas da União)

O objeto dessa contratação emergencial é vinculado aos serviços assistenciais que devem ser ofertados pela municipalidade, e de forma específica a contratação de forma emergencial dos profissionais aqui testilhados até que se instrumentalize processo seletivo simplificado.

Portanto, pelas razões acima expostas, verifica-se estarem presentes os aspectos formais e legais inerentes ao presente procedimento, razão **pela qual opinamos favoravelmente a Contratação de Profissionais do tipo Assistentes Sociais para a Secretaria de Assistência Social de Piracanjuba**, de acordo com o inciso IV, da norma do artigo 24, da Lei n. 8.666/1993. (DESTAQUEI)

Nesse sentido, RECOMENDA a continuidade do feito processual, mediante o feito do Ato de Dispensa de Licitação (em que conste a qualificação da empresa a ser contratada e definição do objeto com precificação), bem como sua publicação nos meios oficiais.

Antes da realização do empenho, liquidação e pagamento da nota fiscal, o Departamento competente deverá conferir a validade das respectivas Certidões Fiscais (Federal, Estadual e Municipal), Trabalhista e FGTS para análise da regularidade para com os Entes/Órgãos pertinentes.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 147455/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

E, ainda, o máximo cuidado com os prazos estipulados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás para registro dos atos no sistema *Colare*, após a devida publicação nos meios oficiais.

Não obstante o presente parecer opinativo considera que a documentação apresentada possui veracidade ideológica.

É o parecer.

S. M. J.

Por ser o referido verdadeiro, firmo-o aos 08 dias do mês de novembro de 2023.

CRISTIANE
MARTINS
COTRIM:7889
9419191

Assinado de forma
digital por CRISTIANE
MARTINS
COTRIM:78899419191
Dados: 2023.11.08
17:26:41 -03'00'

Cristiane Martins Cotrim

OAB/GO nº 17.778